



ESTADO DE ALAGOAS
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

RESOLUÇÃO NORMATIVA N° 001/2016

Dispõe sobre o rol de documentos que compõe as prestações de contas anuais de governo e de gestão a serem encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe conferem os arts. 95 e 133, inc. I, da Constituição Estadual, os arts. 1º e 3º, da Lei Estadual n° 5.604 de 20 de janeiro de 1994 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas), os arts. 6º, inc. XXXIII e, 96 da Resolução n° 03/2001 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas) e a Resolução Normativa n° 02/2003 (Calendário de Obrigações dos Gestores Públicos).

Considerando a necessidade de disciplinar os processos de Prestações de Contas dos gestores dos Órgãos da Administração Direta e das entidades da Administração Indireta de qualquer dos Poderes do Estado e dos municípios, e demais responsáveis por recursos públicos das unidades jurisdicionadas a este Tribunal de Contas.

Considerando a necessidade de racionalizar-se a autuação, tramitação e instrução dos processos de Prestação de Contas dos gestores antes referidos;

Considerando a necessidade da presença de informações e documentos obrigatórios nos processos de Prestação de Contas, com a necessária distinção entre prestação de contas de governo e de gestão.

RESOLVE:

Art. 1º- Os processos de Prestação de Contas dos gestores dos órgãos da Administração Direta e das entidades da Administração Indireta do Estado e dos municípios, e demias responsáveis por recursos públicos das unidades jurisdicionadas a este Tribunal de Contas deverão conter as informações e os documentos na forma dos anexos desta Resolução e deverão ser encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado até 30 (trinta) de abril do exercício subsequente.



ESTADO DE ALAGOAS
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Art. 2º- Será dado prazo de até 30 (trinta) dias, após o encerramento do prazo de envio estabelecido no artigo anterior, para o gestor, desde que justificada a impossibilidade de atender o prazo anterior retificar ou acrescentar informações na Prestação de Contas outrora enviada.

Art. 3º- A documentação constante dos processos de Prestação de Contas dos gestores, citados no art. 1º deverá conter as assinaturas dos seus titulares, contadores e responsáveis pelo controle interno, quando couber, assim como, os documentos complementares relativos às áreas específicas que deverão conter as assinaturas dos respectivos responsáveis (tesouraria, almoxarifado, patrimônio, comissão de licitação, entre outras).

Art. 4º - As Prestações de Contas anuais, deverão ser encaminhadas em formato digital (PDF), por meio do sistema de envio hospedado no site deste Tribunal, conforme regramento técnico a ser elaborado pela Diretora de Tecnologia e Informática – DTI deste Tribunal.

§1º Caso o gestor não possua qualquer dos documentos listados na composição da Prestação de Contas, basta informar Certidão Negativa com relação ao item.

§2º Na hipótese de mais de um gestor, num mesmo exercício financeiro, a prestação de contas deverá evidenciar a execução orçamentária, financeira e patrimonial dos períodos respectivos.

§3º Os responsáveis por órgão ou entidade que estiver em fase pré-operacional, em processo de extinção, liquidação, transformação, fusão, incorporação ou desestatização, permanecem obrigados à apresentação, por meio eletrônico, das prestações de contas anuais até a conclusão do evento.

Art. 5º - Quando for o caso, as prestações de Contas Anuais de Governo e de Gestão dos Prefeitos serão processadas, analisadas e deliberadas conjuntamente na mesma pelo plenário do Tribunal de Contas de Alagoas que emitirá parecer prévio nas primeiras e proferirá julgamento nas últimas.

Art. 6º- A presente Resolução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.



**ESTADO DE ALAGOAS
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, em Maceió, 16 de fevereiro de 2016.

OTÁVIO LESSA DE GERALDO SANTOS
Conselheiro-Presidente - relator

ROSA MARIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE
Conselheira-Vice-Presidente

CÍCERO AMÉLIO DA SILVA
Conselheiro-Corregedor

MARIA CLEIDE COSTA BESERRA
Conselheira-Ouvidora
(ausente na votação)

ANSELMO ROBERTO DE ALMEIDA BRITO
Conselheiro – Diretor-Geral da Escola de Contas
(ausente na votação)

FERNANDO RIBEIRO TOLÊDO
Conselheiro

SÉRGIO RICARDO MACIEL
Conselheiro-Substituto

Anexo I

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM COMPOR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL/ESTADUAL		
ITEM	DOCUMENTAÇÃO	LEGISLAÇÃO
01	Mensagem de encaminhamento contendo sumário da documentação acostada, declarando, o gestor, que apresenta, perante o Tribunal de Contas, as peças, informações e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pela veracidade de seu conteúdo.	
02	Anexo 1 - Demonstração das Receitas e Despesas segundo as Categorias Econômicas.	LF nº 4.320/64 e RN nº 02/03 TCE/AL
03	Anexo 2 - Receita Segundo as Categorias Econômicas.	LF nº 4.320/64 e RN nº 02/03 TCE/AL
04	Anexo 2 - Natureza da Despesa por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas.	LF nº 4.320/64 e RN nº 02/03 TCE/AL
05	Anexo 6 - Programa de Trabalho.	LF nº 4.320/64 e RN nº 02/03 TCE/AL
06	Anexo 7 - Programa de Trabalho do Governo - Demonstrativo das funções, Programas e Sub-Programas por Projetos e Atividades.	LF nº 4.320/64 e RN nº 02/03 TCE/AL
07	Anexo 8 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Programas e Sub-Programas conforme Vínculo com os Recursos.	LF nº 4.320/64 e RN nº 02/03 TCE/AL
08	Anexo 9 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções	LF nº 4.320/64 e RN nº 02/03 TCE/AL
09	Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.	LF nº 4.320/64 e RN nº 02/03 TCE/AL
10	Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada.	LF nº 4.320/64 e RN nº 02/03 TCE/AL
11	Anexo 12 - Balanço Orçamentário	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações posteriores (Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº 02/03 TCE/AL
12	Anexo 13 - Balanço Financeiro	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações posteriores (Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº 02/03 TCE/AL
13	Anexo 14 - Balanço Patrimonial	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações posteriores (Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº 02/03 TCE/AL
14	Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações posteriores (Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº 02/03 TCE/AL
15	Anexo 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada Interna/Externa	LF nº 4.320/64 e RN nº 02/03 TCE/AL
16	Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante	LF nº 4.320/64 e RN nº 02/03 TCE/AL

17	Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO	
17.1	Balanço Orçamentário	
17.2	Demonstrativo da Execução da Receita e da Despesa	
17.3	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	
17.4	Demonstrativo da Receita e Despesa Previdenciária do RPPS	
17.5	Demonstrativo do Resultado Nominal	
17.6	Demonstrativo do Resultado Primário	
17.7	Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão	
17.8	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	
17.9	Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde	
17.10	Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
17.11	Demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS	
17.12	Demonstrativo de Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
17.13	Demonstrativos das Parcerias Público-Privadas	
17.14	Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido de Execução Orçamentário	
18	Relatório de Gestão Fiscal - RGF	
18.1	Demonstrativo da Despesa com Pessoal	
18.2	Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	
18.3	Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	
18.4	Demonstrativo das Operações de Créditos	
18.5	Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa	
18.6	Demonstrativo dos Restos a Pagar	
18.7	Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	
19	Cópia do Plano Plurianual - PPA.	Arts. 52 e 53 da LC nº 101/00 - LRF, Portaria STN nº 637/12, que aprovou o MDF (e alterações posteriores) e RN nº 02/03 TCE/AL
20	Cópia da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO acompanhada, dentre outros, do Anexo de Riscos Fiscais e de Metas Fiscais.	Arts. 54 e 55 da LC nº 101/00 LRF, Portaria STN nº 637/12, que aprovou o MDF (e alterações posteriores) e RN nº 02/03 TCE/AL.
21	Lei Orçamentária Anual com o detalhamento das despesas por órgão de governo e, também, os atos que modificaram o orçamento inicial fixado.	Art. 165, inc. I, §1º da CR/88, art. 176, inc. I, §1º da CE/89 e RN nº 02/03 TCE/AL
22	Cópias de decretos dos créditos adicionais abertos no exercício.	Art. 165, inc. II, §2º da CR/88, art. 176, inc. II, §2º da CE/89, art. 4º da LRF, Portaria STN nº 637/12, que aprovou o MDF (e alterações posteriores) e RN nº 02/03 TCE/AL.
23	Quadro demonstrativo dos créditos adicionais contendo informações sobre os créditos abertos no exercício: lei autorizativa, instrumentos de abertura, natureza, valor e fonte de recursos utilizada, dentre outras informações.	Art. 165, inc. III, §§5º, 6º e 8º da CR/88, art. 176, inc. III, §§5º ao 8º da CE/89, art. 5º da LRF e RN nº 02/03 TCE/AL
		LF nº 4.320/64 e RN nº 02/03 TCE/AL
		LF nº 4.320/64 e RN nº 02/03 TCE/AL

24	Quadro demonstrativo das transposições, remanejamentos e transferências de recursos, com as cópias dos seus atos normativos.	Art. 167, inc. VI da CR/88 e art. 178, inc. VI da CE/89
25	Relatório que demonstre o desempenho da arrecadação, destacando as providências adotadas à fiscalização das receitas e formas de combate à sonegação.	Art. 11, 12 e 58 da LC nº 101/00 - LRF
26	Relatório e Parecer conclusivo emitido pela unidade executora do Controle Interno seguindo os moldes previstos na Instrução Normativa nº 03/2011 - TCE/AL e seu Anexo I.	CR/88, CE/89, LF nº 4.320/64, LE nº 5.604/94 - LOTCE/AL, LC nº 101/00 - LRF e IN nº 03/11 TCE/AL
27	Cópia do ato que nomeou o servidor encarregado de chefiar o SCI.	Art.11, §1º, inc. II da Instrução Normativa nº 03/2011 - TCE/AL
28	Declaração sobre a existência de sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações (instituídas ou mantidas pelo Poder Público), autarquias, consórcios públicos, parcerias e assemelhados com a qualificação necessária, especialmente quanto aos seus respectivos dirigentes.	Art. 10, caput da Lei nº 5.604/94 - LOTCE/AL e art. 8º da Resolução nº 03/01 - RITCE/AL
29	Quadro Demonstrativo dos saldos bancários existente em 31/12 do ano do Balanço (contas individualizadas), identificando as contas de depósito na área da saúde, educação e assistência social (recursos próprios, assim como os advindo do SUS, do FUNDEB etc).	RN nº 02/03 TCE/AL
30	Conciliações e Extratos Bancários que comprove o saldo existente no final do exercício.	RN nº 02/03 TCE/AL.
31	*Cópia do Plano Diretor (nos exercícios seguintes, apenas as alterações).	Art.182 da CR/88 e Lei nº 10.257/01
32	Cópias das Leis que autorizaram abertura de Operações de créditos	RN nº 02/03 TCE/AL
33	Cópia do Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais do exercício anterior	Art. 10, caput da Lei nº 5.604/94 - LOTCE/AL e art. 8º da Resolução nº 03/01 - RITCE/AL
34	Cópia do Mapa de Precatórios do Tribunal de Justiça e Ofícios Requisitórios da Justiça do Trabalho e relação de pagamentos efetuados à conta de precatórios judiciais, da qual conste a origem da ação, valor, a data de pagamentos e o nome do beneficiário.	Art. 100 da CR/88 e art. 10 da LC nº 101/00.
35	Cópias das atas de audiências públicas realizadas até o final de maio, setembro e fevereiro.	Art. 9º, §4º da LRF
36	Relação dos valores mensais dos repasses de duodécimo.	Art. 29-A da CR/88
37	Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP	Decreto nº 3.788/01 da PR
38	Declaração atestando o envio das contas do Chefe do Poder Executivo ao Poder Legislativo, assim como certificando o livre acesso da sociedade às mesmas.	Art. 49 da LC nº 101/00 - LRF
39	Declaração do gestor, que o Portal da Transparência contém as informações do Resumo Mensal da Folha de Pagamento (Regime Geral de Previdência Social – RGPS e Regime Próprio de Previdência Social – RPPS), cópia da Lei de fixação dos subsídios do funcionalismo público, bem como o ato de nomeação dos mesmos.	Art. 48, parágrafo único, incs. I, III e Art. 48-A da LC nº 101/00 – LRF.

*Exclusivo do Poder Executivo Municipal.

Anexo II

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM COMPOR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL		
ITEM	DOCUMENTAÇÃO	LEGISLAÇÃO
01	Mensagem de encaminhamento contendo sumário da documentação acostada, declarando, o gestor, que apresenta, perante o Tribunal de Contas, as peças, informações e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pela veracidade de seu conteúdo.	
02	Caso o gestor, também seja ordenador de despesas, Relatório de Gestão abordando aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, organizado de forma que permita uma visão de conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados.	Lei Estadual nº 5.604/94, art. 7º, I.
03	Demonstrativo dos Fluxos de Caixa	Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações posteriores (Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público)
04	Relatório e Parecer conclusivo emitido pela unidade executora do Controle Interno seguindo os moldes previstos na Instrução Normativa nº 03/2011 - TCE/AL e seu Anexo I.	CR/88, CE/89, LF nº 4.320/64, LE nº 5.604/94 - LOTCE/AL, LC nº 101/00 - LRF e IN nº 03/11 TCE/AL
05	Cópia do ato que nomeou o servidor encarregado de chefiar o SCI.	Art. 11, §1º, inc. II da Instrução Normativa nº 03/2011 - TCE/AL
06	Rol dos responsáveis pelo Executivo (Prefeito e Vice-Prefeito), secretarias, controle interno, tesouraria, almoxarifado, patrimônio e fundos especiais, com os respectivos períodos de gestão, afastamentos e substituições.	Art. 10, caput da Lei nº 5.604/94 - LOTCE/AL e art. 8º da Resolução nº 03/01 - RITCE/AL
07	Termo de Conferência das disponibilidades (caixa e banco) com assinatura(s) do(s) responsável (is).	RN nº 02/03 TCE/AL
08	Quadro Demonstrativo dos saldos bancários existente em 31/12 do ano do Balanço (contas individualizadas), identificando as contas de depósito na área da saúde, educação e assistência social (recursos próprios, assim como os advindo do SUS, do FUNDEB etc).	RN nº 02/03 TCE/AL
09	Conciliações e Extratos Bancários que comprove o saldo existente no final do exercício.	RN nº 02/03 TCE/AL.
10	Relação de restos a pagar, identificando os valores processados e os não processados, evidenciando as áreas da Saúde, da Educação Assistência Social (empenhadas com recursos próprios e advindos do SUS, do FUNDEB, etc).	LF nº 4.320/64
11	Inventário dos bens móveis e imóveis.	RN nº 02/03 TCE/AL
12	Inventário dos bens existentes no Almoxarifado.	RN nº 02/03 TCE/AL
13	Cópias de Leis que autorizam alienação de bens, assim como, procedimento administrativo quanto houver no exercício, registros contábeis de compra, de desapropriação e de alienação de bens imóveis.	RN nº 02/03 TCE/AL e RN nº 03/07 TCE/AL.
14	Relação dos Processos Licitatórios ocorridos no exercício, identificando os pertinentes à Saúde, Educação e Assistência Social.	Lei Federal nº 8.666/93e RN nº 02/03 TCE/AL

15	Relação das despesas efetuadas com dispensa ou inexigibilidade de licitação, identificando as pertinentes à Saúde e Educação e Assistência Social.	Art. 26 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações
16	Nome dos servidores que compõem a Comissão de Licitação/Pregoeiro e equipe de apoio e os respectivos cargos/funções na administração pública	Lei Federal nº 8.666/93 e legislação afim.
17	Relação dos contratos, inclusive aditamentos e apostilamentos, convênios e assemelhados, celebrados com órgãos públicos no	Art. 1º, inc. XX e art. 5º, inc. VI Lei nº 5.604/94 - LOTCE/AL
18	Relação dos Contratos de Gestão, Termos de Parceria e Cooperação, e Convênios firmados no exercício com entidades do Terceiro Setor.	Art. 1º, inc. XX e art. 5º, inc. VI Lei nº 5.604/94 - LOTCE/AL
19	Rol dos Adiantamentos (Suprimento de Fundos)	Art. 13 da LE nº 5.604/94
20	Cópia do Relatório de Gestão do Conselho da Assistência Social e da norma instituidora deste.	Lei nº 8.742/93 e do Decreto nº 7.788/12
21	Cópia da norma instituidora do Conselho do FUNDEB e do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério.	LF nº 11.494/07
22	Cópia do parecer do Conselho do FUNDEB.	LF nº 11.494/07
23	Cópia da avaliação do Conselho da Saúde e da norma instituidora deste.	Art. 41 da LC nº 141/12
24	Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP	Decreto nº 3.788/01 da PR
25	Cópias dos instrumentos contratuais de parcelamentos e os extratos dos pagamentos pertencentes à Dívida Fundada Interna/Externa (Ex. INSS, FGTS, Institutos de Previdência, etc).	Art. 98, parágrafo único da LF nº 4.320/64
26	Declaração de Bens (Patrimonial) do gestor	Lei nº 8429/1992 – Art. 13
27	Declaração do gestor, que o Portal da Transparência contém as informações do Resumo Mensal da Folha de Pagamento (Regime Geral de Previdência Social – RGPS e Regime Próprio de Previdência Social – RPPS), cópia da Lei de fixação dos subsídios do funcionalismo público, bem como o ato de nomeação dos mesmos.	Art. 48, parágrafo único, incs. I, III e Art. 48-A da LC nº 101/00 – LRF.

Anexo III

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM COMPOR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GESTOR DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL		
ITEM	DOCUMENTAÇÃO	LEGISLAÇÃO
01	Mensagem de encaminhamento contendo sumário da documentação acostada, declarando, o gestor, que apresenta, perante o Tribunal de Contas, as peças, informações e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pela veracidade de seu conteúdo.	
02	Relatório de gestão abordando aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, organizado de forma que permita uma visão de conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos ordenadores de despesa.	Lei Estadual nº 5.604/94, art. 7º, I.
03	Lei Orçamentária Anual com o detalhamento das despesas por órgão de governo e, também, os atos que modificaram o orçamento inicial fixado.	Art. 165, inc. III, §§5º, 6º e 8º da CR/88, art. 176, inc. III, §§5º ao 8º da CE/89, art. 5º da LRF e RN nº 02/03 TCE/AL
04	Demonstrativo dos créditos adicionais contendo informações sobre os créditos abertos no exercício: lei autorizativa, instrumentos de abertura, natureza, valor e fonte de recursos utilizada, dentre outras informações, inclusive, tendo o Poder Legislativo como beneficiário.	RN nº 02/03 TCE/AL
05	Quadro demonstrativo das transposições, remanejamentos e transferências de recursos, com as cópias dos seus atos normativos.	Art. 167, inc. VI da CR/88 e art. 178, inc. VI da CE/89
06	Termo de Conferência das disponibilidades (caixa e banco) com assinatura(s) do(s) responsável (is).	RN nº 02/03 TCE/AL
07	Quadro Demonstrativo dos saldos bancários existente em 31/12 do ano do Balanço (contas individualizadas).	RN nº 02/03 TCE/AL
08	Conciliações e Extratos Bancários que comprove o saldo existente no final do exercício.	RN nº 02/03 TCE/AL.
09	(Anexo 11) Comparativo das Despesas Autorizadas com a Realizada.	LF nº 4.320/64 e RN nº02/03 TCE/AL
10	(Anexo 12) Balanço Orçamentário.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações posteriores (Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
11	(Anexo 13) Balanço Financeiro.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações posteriores (Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
12	(Anexo 14) Balanço Patrimonial.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações posteriores (Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL

13	(Anexo 15) Demonstrativo das Variações Patrimoniais.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações posteriores (Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº 02/03 TCE/AL
14	(Anexo 17) Demonstrativo da Dívida Flutuante.	LF nº 4.320/64 e RN nº 02/03 TCE/AL
15	Demonstrativo dos Fluxos de Caixa.	Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações posteriores (Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público)
16	Relatórios de Gestão Fiscal do último Quadrimestre	
16.1	Demonstrativo da Despesa com Pessoal	Art.54 da LC 101/00, Portaria STN nº 637/12, que aprovou o MDF (e alterações posteriores) e RN 02/03 TCEAL
16.2	Demonstrativo de Disponibilidade Financeira	
16.3	Demonstrativo de Restos a Pagar	
17	Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis	RN nº 02/03 TCE/AL
18	Inventário dos bens existentes no Almoxarifado.	RN nº 02/03 TCE/AL
19	Rol dos Adiantamentos (Suprimento de fundos).	Art. 13 da LE nº 5.604/94
20	Relação de restos a pagar, identificando os valores processados e os não processados.	LF nº 4.320/64
21	Relação dos Processos Licitatórios ocorridos no exercício.	LF nº 8.666/93 e RN nº 02/03 TCE/AL
22	Relação das despesas efetuadas com dispensa ou inexigibilidade de licitação.	Art. 26 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações
26	Nome dos servidores que compõem a Comissão de Licitação/Pregoeiro e equipe de apoio e os respectivos cargos/funções na administração pública.	LF nº 8.666/93 e legislação afim.
24	Relação dos convênios firmados no exercício.	Art. 1º, inc. XX e art. 5º, inc. VI Lei nº 5.604/94 - LOTCE/AL
25	Relação dos valores mensais recebidos a título de duodécimo pela Câmara Municipal.	Art. 29-A da CR/88
26	Cópias de Leis que autorizam alienação de bens, assim como, procedimento administrativo quanto houver no exercício, registros contábeis de compra, de desapropriação e de alienação de bens imóveis.	RN nº 02/03 TCE/AL e RN nº 03/07 TCE/AL.
27	Informação quanto aos instrumentos e os sítios eletrônicos utilizados para assegurar a transparência na gestão fiscal, orçamentária, financeira e gerencial.	Art. 48, parágrafo único, inc. I, II e art. 48-A da LC nº 101/00-LRF.
28	Cópia do ato que nomeou o servidor encarregado de chefiar o SCI.	Art.11, §1º, inc. II da Instrução Normativa nº 03/2011 - TCE/AL.
29	Relatório e Parecer conclusivo emitido pela unidade executora do Controle Interno seguindo os moldes previstos na Instrução Normativa nº 03/2011 - TCE/AL e seu Anexo I.	CR/88, CE/89, LF nº 4.320/64, LE nº 5.604/94 - LOTCE/AL, LC nº 101/00 - LRF e IN nº 03/11 TCE/AL
30	Rol dos responsáveis pela Tesouraria, Almoxarifado e Patrimônio, com os respectivos períodos de gestão, afastamentos e substituições.	Art.10, caput da Lei nº 5.604/94 - LOTCE/AL e art. 8º e seu §1º da Resolução nº 03/01 - RITCE/AL
31	Lei que instituiu a verba de gabinete e a relação dos vereadores que a receberam com os respectivos valores.	LC nº 131/09 e Lei Federal nº 12.527/11
32	Relação de todos os servidores públicos efetivos do Poder Legislativo, acompanhada da publicação dos seus atos de nomeação.	LC nº 131/09 e Lei Federal nº 12.527/11

33	Cópia do Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais do exercício anterior.	Art. 10, caput da Lei nº 5.604/94 - LOTCE/AL e art. 8º da Resolução nº 03/01 - RITCE/AL
34	Cópias das atas de audiências públicas realizadas até o final de maio, setembro e fevereiro.	Art. 9º, §4º da LRF
35	Declaração atestando o cumprimento do disposto no art. 29, inc. IV da Carta da República de 1988.	Art. 29, inc. IV da Carta da República de 1988
36	Declaração atestando o cumprimento dos critérios constantes no art. 29, inc. VI da Carta da República de 1988, encaminhando a memória de cálculo.	Art. 29, inc. VI da Carta da República de 1988
37	Declaração atestando o cumprimento do limite de 5% estabelecido no art. 29, inc. VII da Carta da República de 1988, encaminhando a memória de cálculo.	Art. 29, inc. VII da Carta da República de 1988
38	Declaração atestando o cumprimento do percentual estabelecido pelo art. 29-A, inc. I a IV da Carta da República de 1988, encaminhando a memória de cálculo.	Art. 29-A, inc. I a IV da Carta da República de 1988
39	Declaração atestando o cumprimento do limite de 70% estabelecido no art. 29-A, §1º da Carta da República de 1988, encaminhando a memória de cálculo.	Art. 29-A, §1º da Carta da República de 1988
40	Declaração atestando o recebimento das contas do Chefe do Poder Executivo, certificando o livre acesso à sociedade.	Art. 49 da LC nº 101/00 - LRF
41	Declaração de Bens (Patrimonial) do gestor	Lei nº 8429/1992 – Art. 13
42	Declaração do gestor, que o Portal da Transparência contém as informações do Resumo Mensal da Folha de Pagamento (Regime Geral de Previdência Social – RGPS e Regime Próprio de Previdência Social – RPPS), cópia da Lei de fixação dos subsídios do funcionalismo público, bem como o ato de nomeação dos mesmos.	Art. 48, parágrafo único, incs. I, III e Art. 48-A da LC nº 101/00 – LRF.

Anexo IV

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM COMPOR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAIS/ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
ITEM	DOCUMENTAÇÃO	LEGISLAÇÃO
01	Ofício de encaminhamento contendo sumário da documentação acostada, declarando, o gestor, que apresenta, perante o Tribunal de Contas, as peças, informações e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pela veracidade de seu conteúdo.	
02	Relatório de gestão abordando aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, organizado de forma que permita uma visão de conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos ordenadores de despesa.	Lei Estadual nº 5.604/94, art. 7º, I.
03	Quadro de detalhamento das despesas da Unidade Assistência Social e, também, os atos que modificaram o orçamento inicial fixado.	Art. 165, inc. III, §§5º, 6º e 8º da CR/88, art. 176, inc. III, §§5º ao 8º da CE/89, art. 5º da LRF e RN nº 02/03 TCE/AL
04	Cópias dos decretos de créditos adicionais abertos no exercício, tendo a Unidade Assistência Social como beneficiário.	RN nº 02/03 TCE/AL
05	Demonstrativo dos créditos adicionais contendo informações sobre os créditos abertos no exercício: lei autorizativa, instrumentos de abertura, natureza, valor e fonte de recursos utilizada, dentre outras informações, inclusive, tendo a Unidade Assistência Social como beneficiário.	RN nº 02/03 TCE/AL
06	Quadro demonstrativo das transposições, remanejamentos e transferências de recursos, com as cópias dos seus atos normativos.	Art. 167, inc. VI da CR/88 e art. 178, inc. VI da CE/89
07	Termo de Conferência de Caixa com assinatura(s) do(s) responsável(is).	RN nº 02/03 TCE/AL
08	Quadro Demonstrativo dos saldos bancários existente em 31/12 do ano do Balanço (contas individualizadas).	RN nº 02/03 TCE/AL
09	Conciliações e Extratos Bancários que comprove o saldo existente no final do exercício.	RN nº 02/03 TCE/AL.
10	(Anexo 11) Comparativo das Despesas Autorizadas com a Realizada.	LF nº 4.320/64 e RN nº02/03 TCE/AL
11	(Anexo 12) Balanço Orçamentário.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
12	(Anexo 13) Balanço Financeiro.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
13	(Anexo 14) Balanço Patrimonial.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
14	(Anexo 15) Demonstrativo das Variações Patrimoniais.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL

15	(Anexo 17) Demonstrativo da Dívida Flutuante.	LF nº 4.320/64 e RN nº 02/03 TCE/AL
16	Demonstrativo dos Fluxos de Caixa.	Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público)
17	Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis	RN nº 02/03 TCE/AL
18	Inventário dos bens existentes no Almoxarifado.	RN nº 02/03 TCE/AL
19	Rol dos Adiantamentos.	Art. 13 da LE nº 5.604/94
20	Relação de restos a pagar, identificando os valores processados e os não processados.	LF nº 4.320/64
21	Relação dos Processos Licitatórios ocorridos no exercício.	LF nº 8.666/93 e RN nº 02/03 TCE/AL
22	Relação das despesas efetuadas com dispensa ou inexigibilidade de licitação.	Art. 26 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações
23	Nome dos servidores que compõem a Comissão de Licitação/Pregoeiro e equipe de apoio e os respectivos cargos/funções na administração pública.	LF nº 8.666/93 e legislação afim.
24	Relação dos convênios firmados no exercício.	Art. 1º, inc. XX e art. 5º, inc. VI Lei nº 5.604/94 - LOTCE/AL
25	Cópias de Leis que autorizam alienação de bens, assim como, procedimento administrativo quanto houver no exercício, registros contábeis de compra, de desapropriação e de alienação de bens imóveis.	RN nº 02/03 TCE/AL e RN nº 03/07 TCE/AL.
26	Declaração do gestor, que o Portal da Transparência contém as informações do Resumo Mensal da Folha de Pagamento (Regime Geral de Previdência Social – RGPS e Regime Próprio de Previdência Social – RPPS	Art. 48, parágrafo único, incs. I, III e Art. 48-A da LC nº 101/00 – LRF.
27	Cópia da norma instituidora do Conselho de Assistência Social	Lei nº 8.742/93.
28	Cópia do Relatório de Gestão do Conselho de Assistência Social	
29	Certidão contendo a composição do Conselho Municipal/Estadual de Assistência Social - CMAS, bem como sua respectiva representatividade distribuída entre usuários, profissionais de Assistência Social, prestadores de serviços e representantes do governo	Lei nº 8.742/93).
30	Parecer do controle interno atestando a veracidade dos dados constantes na prestação de contas.	CR/88, CE/89, LF nº 4.320/64, LE nº 5.604/94 - LOTCE/AL, LC nº 101/00 - LRF e IN nº 03/11 TCE/AL
31	Nota Explicativa quando houver no exercício, Devedores Diversos, Cancelamento de Resto a Pagar, entre outras situações merecedoras de esclarecimentos.	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBCT 16.6 / Portaria STN nº 437/12 (e alterações).
32	Relação dos benefícios assistenciais concedidos, inclusive informando os beneficiários dos mesmos (separar por tipo de benefício)	Arts. 15 e 34 da Lei nº 8.742/93, c/c o art. 71, inc. I da Carta da república de 1988
33	Relatórios dos projetos desenvolvidos enfrentamento e erradicação da pobreza	Art. 2º, parágrafo único da Lei nº 8.742/93 com redação alterada pela Lei nº 12.435/2011, e ainda os arts. 15, inc. III, 25 e 26 da Lei nº 8.742/93.

Anexo V

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM COMPOR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GESTOR DOS FUNDOS MUNICIPAIS/ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO		
ITEM	DOCUMENTAÇÃO	LEGISLAÇÃO
01	Ofício de encaminhamento contendo sumário da documentação acostada, declarando, o gestor, que apresenta, perante o Tribunal de Contas, as peças, informações e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pela veracidade de seu conteúdo.	
02	Relatório de gestão abordando aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, organizado de forma que permita uma visão de conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos ordenadores de despesa.	Lei Estadual nº 5.604/94, art. 7º, I.
03	Quadro de detalhamento das despesas da Unidade Educação e, também, os atos que modificaram o orçamento inicial fixado.	Art. 165, inc. III, §§5º, 6º e 8º da CR/88, art. 176, inc. III, §§5º ao 8º da CE/89, art. 5º da LRF e RN nº 02/03 TCE/AL
04	Cópias dos decretos de créditos adicionais abertos no exercício, tendo a Unidade Educação como beneficiário.	RN nº 02/03 TCE/AL
05	Demonstrativo dos créditos adicionais contendo informações sobre os créditos abertos no exercício: lei autorizativa, instrumentos de abertura, natureza, valor e fonte de recursos utilizada, dentre outras informações, inclusive, tendo a Unidade Educação como beneficiário.	RN nº 02/03 TCE/AL
08	Quadro Demonstrativo dos saldos bancários existente em 31/12 do ano do Balanço (contas individualizadas).	RN nº 02/03 TCE/AL
09	Conciliações e Extratos Bancários que comprove o saldo existente no final do exercício.	RN nº 02/03 TCE/AL.
10	(Anexo 11) Comparativo das Despesas Autorizadas com a Realizada.	LF nº 4.320/64 e RN nº02/03 TCE/AL
11	(Anexo 12) Balanço Orçamentário.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
12	(Anexo 13) Balanço Financeiro.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
13	(Anexo 14) Balanço Patrimonial.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
14	(Anexo 15) Demonstrativo das Variações Patrimoniais.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
15	(Anexo 17) Demonstrativo da Dívida Flutuante.	LF nº 4.320/64 e RN nº02/03 TCE/AL
16	Demonstrativo dos Fluxos de Caixa.	Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público)

17	Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis	RN nº 02/03 TCE/AL
18	Inventário dos bens existentes no Almoxarifado.	RN nº 02/03 TCE/AL
19	Rol dos Adiantamentos.	Art. 13 da LE nº 5.604/94
20	Relação de restos a pagar, identificando os valores processados e os não processados.	LF nº 4.320/64
21	Relação dos Processos Licitatórios ocorridos no exercício.	LF nº 8.666/93 e RN nº 02/03 TCE/AL
22	Relação das despesas efetuadas com dispensa ou inexigibilidade de licitação.	Art. 26 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações
23	Nome dos servidores que compõem a Comissão de Licitação/Pregoeiro e equipe de apoio e os respectivos cargos/funções na administração pública.	LF nº 8.666/93 e legislação afim.
24	Relação dos convênios firmados no exercício.	Art. 1º, inc. XX e art. 5º, inc. VI Lei nº 5.604/94 - LOTCE/AL
25	Cópias de Leis que autorizam alienação de bens, assim como, procedimento administrativo quanto houver no exercício, registros contábeis de compra, de desapropriação e de alienação de bens imóveis.	RN nº 02/03 TCE/AL e RN nº 03/07 TCE/AL.
26	Declaração do gestor, que o Portal da Transparência contém as informações do Resumo Mensal da Folha de Pagamento (Regime Geral de Previdência Social – RGPS e Regime Próprio de Previdência Social – RPPS	Art. 48, parágrafo único, incs. I, III e Art. 48-A da LC nº 101/00 – LRF.
27	Cópia da norma instituidora do Conselho do FUNDEB e do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério.	LF nº 11.494/07
28	Relatório e parecer do Conselho do FUNDEB acerca da aplicação dos recursos vinculados pela Emenda Constitucional N.º. 53 e Lei Federal n.º. 11.494, de 20 de junho de 2007 e alocados via FUNDEB.	LF nº 11.494/07
29	Plano Municipal/Estadual de Educação, previsto na Lei n.º 10.172/2001, vigente no exercício a que se refere à Prestação de Contas.	Lei n.º 10.172/2001
30	Ata da Eleição do Presidente do Conselho Municipal/Estadual de Educação.	Lei Federal nº. 11.494/07
31	Atas das reuniões do Conselho Municipal de Educação do exercício a que se refere a prestação de contas.	Lei Federal nº. 11.494/07
32	Relatórios de auditorias realizadas pelo Conselho de Educação, informando que medidas foram tomadas para saneamento das irregularidades, caso encontradas.	Lei Federal nº. 11.494/07
33	Certidão contendo a composição do Conselho Municipal/Estadual de Educação - CME, bem como sua respectiva representatividade distribuída entre usuários, profissionais de educação, prestadores de serviços e representantes do governo	Lei Federal nº. 11.494/07
34	Parecer do controle interno atestando a veracidade dos dados constantes na prestação de contas.	CR/88, CE/89, LF nº 4.320/64, LE nº 5.604/94 - LOTCE/AL, LC nº 101/00 - LRF e IN nº 03/11 TCE/AL.
35	Nota Explicativa quando houver no exercício, Devedores Diversos, Cancelamento de Resto a Pagar, entre outras situações merecedoras de esclarecimentos.	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBCT 16.6 / Portaria STN nº 437/12 (e alterações).
36	Protocolo de envio e demonstrativos referentes às informações prestadas por meio do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação - SIOPE.	Portaria nº 844/2008

Anexo VI

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM COMPOR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GESTOR DOS FUNDOS MUNICIPAIS/ESTADUAIS DE SAÚDE		
ITEM	DOCUMENTAÇÃO	LEGISLAÇÃO
01	Ofício de encaminhamento contendo sumário da documentação acostada, declarando, o gestor, que apresenta, perante o Tribunal de Contas, as peças, informações e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pela veracidade de seu conteúdo.	
02	Relatório de gestão abordando aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, organizado de forma que permita uma visão de conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos ordenadores de despesa.	Lei Estadual nº 5.604/94, art. 7º, I.
03	Quadro de detalhamento das despesas da Unidade Saúde e, também, os atos que modificaram o orçamento inicial fixado.	Art. 165, inc. III, §§5º, 6º e 8º da CR/88, art. 176, inc. III, §§5º ao 8º da CE/89, art. 5º da LRF e RN nº 02/03 TCE/AL
04	Cópias dos decretos de créditos adicionais abertos no exercício, tendo a Unidade Saúde como beneficiário.	RN nº 02/03 TCE/AL
05	Demonstrativo dos créditos adicionais contendo informações sobre os créditos abertos no exercício: lei autorizativa, instrumentos de abertura, natureza, valor e fonte de recursos utilizada, dentre outras informações, inclusive, tendo a Unidade Saúde como beneficiário.	RN nº 02/03 TCE/AL
06	Quadro demonstrativo das transposições, remanejamentos e transferências de recursos, com as cópias dos seus atos normativos.	Art. 167, inc. VI da CR/88 e art. 178, inc. VI da CE/89
07	Termo de Conferência das disponibilidades financeiras (caixa e bancos) com assinatura(s) do(s) responsável (is).	RN nº 02/03 TCE/AL
08	Quadro Demonstrativo dos saldos bancários existente em 31/12 do ano do Balanço (contas individualizadas).	RN nº 02/03 TCE/AL
09	Conciliações e Extratos Bancários que comprove o saldo existente no final do exercício.	RN nº 02/03 TCE/AL.
10	(Anexo 11) Comparativo das Despesas Autorizadas com a Realizada.	LF nº 4.320/64 e RN nº02/03 TCE/AL
11	(Anexo 12) Balanço Orçamentário.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
12	(Anexo 13) Balanço Financeiro.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
13	(Anexo 14) Balanço Patrimonial.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
14	(Anexo 15) Demonstrativo das Variações Patrimoniais.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
15	(Anexo 17) Demonstrativo da Dívida Flutuante.	LF nº 4.320/64 e RN nº02/03 TCE/AL

16	Demonstrativo dos Fluxos de Caixa.	Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público)
17	Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis	RN nº 02/03 TCE/AL
18	Inventário dos bens existentes no Almoxarifado.	RN nº 02/03 TCE/AL
19	Rol dos Adiantamentos (suprimento de fundos).	Art. 13 da LE nº 5.604/94
20	Relação de restos a pagar, identificando os valores processados e os não processados.	LF nº 4.320/64
21	Relação dos Processos Licitatórios ocorridos no exercício.	LF nº 8.666/93 e RN nº 02/03 TCE/AL
22	Relação das despesas efetuadas com dispensa ou inexigibilidade de licitação.	Art. 26 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações
23	Nome dos servidores que compõem a Comissão de Licitação/Pregoeiro e equipe de apoio e os respectivos cargos/funções na administração pública.	LF nº 8.666/93 e legislação afim.
24	Relação dos convênios firmados no exercício.	Art. 1º, inc. XX e art. 5º, inc. VI Lei nº 5.604/94 - LOTCE/AL
25	Cópias de Leis que autorizam alienação de bens, assim como, procedimento administrativo quanto houver no exercício, registros contábeis de compra, de desapropriação e de alienação de bens imóveis.	RN nº 02/03 TCE/AL e RN nº 03/07 TCE/AL.
26	Declaração do gestor, que o Portal da Transparência contém as informações do Resumo Mensal da Folha de Pagamento (Regime Geral de Previdência Social – RGPS e Regime Próprio de Previdência Social – RPPS	Art. 48, parágrafo único, incs. I, III e Art. 48-A da LC nº 101/00 – LRF.
27	Plano de Saúde Plurianual.	Art. 38 da Lei n.º 141/12.
28	Programação anual de saúde do exercício a que se refere à prestação de contas.	Portaria MS nº 2135/2013
29	Relatório de gestão da saúde bem como Relatório de indicadores de monitoramento e avaliação do Pacto Pela Saúde do exercício a que se refere à Prestação de Contas ou suas alterações.	Lei n. 8.142/1990 e Portaria MS nº 2135/2013. Portaria MS nº 2135/2013.
30	Certidão contendo a composição do Conselho de Saúde, bem como sua respectiva representatividade distribuída entre usuários, profissionais de saúde, prestadores de serviços e representantes do governo.	Art. 41 da LC141/12 e Portaria MS nº 2135/2013.
31	Atas das reuniões do Conselho de Saúde do exercício a que se refere a prestação de contas, das reuniões até o final de maio, setembro e fevereiro.	Portaria MS nº 2135/2013.
32	Ata da reunião do Conselho que aprovou o Plano Municipal/Estadual de Saúde vigente no exercício a que se refere à Prestação de Contas ou suas alterações.	Portaria MS nº 2135/2013.
33	Pareceres do sobre as fiscalizações e acompanhamento do desenvolvimento das ações e serviços de saúde.	Portaria MS nº 2135/2013).
34	Relatórios de auditorias realizadas pelo Conselho de Saúde, informando que medidas foram tomadas para saneamento das irregularidades, caso encontradas.	Portaria MS nº 2135/2013.
35	Certidão Contendo a situação quanto ao envio do Relatório de Gestão do exercício em questão ao SARGSUS.	Lei n.º 8.142/1990 e Portaria MS nº 2135/2013.
36	Cópia da norma instituidora do Conselho da Saúde	Art. 41 da LC141/12
37	Cópia da Avaliação do Conselho da Saúde	

38	Parecer do controle interno atestando a veracidade dos dados constantes na prestação de contas.	CR/88, CE/89, LF n° 4.320/64, LE n° 5.604/94 - LOTCE/AL, LC n° 101/00 - LRF e IN n° 03/11 TCE/AL
39	Protocolo de envio e demonstrativos referentes às informações prestadas por meio do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS.	Portaria Conjunta MS/PGR n° 1.163/2000, retificada pela Portaria Interministerial n° 446/2004, atualizada pela publicação da Lei Complementar n° 141/2012. '
40	Cópias da Atas das Audiências Públicas	Arts. 31, parágrafo único e 36 §5° da Lei Complementar n° 141/2012.
41	Nota Explicativa quando houver no exercício, Devedores Diversos, Cancelamento de Resto a Pagar, entre outras situações merecedoras de esclarecimentos.	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBCT 16.6 / Portaria STN n° 437/12 (e alterações).

Anexo VII

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM COMPOR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS ORDENADORES DE DESPESAS DOS CHEFES DE PODERES DO LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS		
ITEM	DOCUMENTAÇÃO	LEGISLAÇÃO
01	Ofício de encaminhamento contendo sumário da documentação acostada, declarando, o gestor, que apresenta, perante o Tribunal de Contas, as peças, informações e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pela veracidade de seu conteúdo.	
02	Relatório de gestão abordando aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, organizado de forma que permita uma visão de conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos ordenadores de despesa.	Lei Estadual nº 5.604/94, art. 7º, I.
03	Quadro de detalhamento das despesas e, também, os atos que modificaram o orçamento inicial fixado.	Art. 165, inc. III, §§5º, 6º e 8º da CR/88, art. 176, inc. III, §§5º ao 8º da CE/89, art. 5º da LRF e RN nº 02/03 TCE/AL
04	Cópias dos decretos de créditos adicionais abertos no exercício, tendo a Unidade como beneficiária.	RN nº 02/03 TCE/AL
05	Demonstrativo dos créditos adicionais contendo informações sobre os créditos abertos no exercício: lei autorizativa, instrumentos de abertura, natureza, valor e fonte de recursos utilizada, dentre outras informações, inclusive, tendo a Unidade como beneficiária.	RN nº 02/03 TCE/AL
06	Termo de Conferência das disponibilidades financeiras (caixa e bancos) com assinatura(s) do(s) responsável (is).	RN nº 02/03 TCE/AL
07	Relação de todas as contas bancárias existentes, ainda que não movimentadas no exercício, informando sua finalidade.	RN nº 02/03 TCE/AL
08	Conciliações e Extratos Bancários que comprove o saldo existente no final do exercício.	RN nº 02/03 TCE/AL.
09	(Anexo 11) Comparativo das Despesas Autorizadas com a Realizada.	LF nº 4.320/64 e RN nº02/03 TCE/AL
10	(Anexo 12) Balanço Orçamentário.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
11	(Anexo 13) Balanço Financeiro.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
12	(Anexo 14) Balanço Patrimonial.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
13	(Anexo 15) Demonstrativo das Variações Patrimoniais.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
14	(Anexo 17) Demonstrativo da Dívida Flutuante.	LF nº 4.320/64 e RN nº02/03 TCE/AL
15	Demonstração dos Fluxos de Caixa	Art.101 da LF nº4.320/64 c/c Resolução nº1.128/2008 – NBCT 16 c/c Portaria STN nº437/2012
16	Relatório de Gestão Fiscal (último Quadrimestre)	Arts. 54 e 55 da LC nº 101/00 – LRF, Portaria STN nº 637/12, que aprovou o MDF (e alterações posteriores) e RN nº 02/03 TCE/AL.

17	Nota Explicativa quando houver no exercício, Devedores Diversos, Cancelamento de Resto a Pagar, entre outras situações merecedoras de esclarecimentos.	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCT 16.6 / Portaria STN nº 437/12 (e alterações).
18	Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis	RN nº 02/03 TCE/AL
19	Inventário dos bens existentes no Almoxarifado.	RN nº 02/03 TCE/AL
20	Rol dos Adiantamentos.	Art. 13 da LE nº 5.604/94
21	Relação de restos a pagar, identificando os valores processados e os não processados.	LF nº 4.320/64
22	Relação dos Processos Licitatórios ocorridos no exercício.	LF nº 8.666/93 e RN nº 02/03 TCE/AL
23	Relação das despesas efetuadas com dispensa ou inexigibilidade de licitação.	Art. 26 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações
24	Relação dos convênios firmados no exercício.	Art. 1º, inc. XX e art. 5º, inc. VI Lei nº 5.604/94 – LOTCE/AL
25	Resumo Mensal discriminado das Folhas de Pagamentos dos servidores da Unidade , vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), incluindo os proventos, as vantagens e os descontos especificados por natureza, bem como as obrigações patronais referentes ao exercício em tela.	LC nº 131/09 e Lei Federal nº 12.527/11
26	Certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade, comprovando a habilitação do profissional responsável pelos balanços e demonstrações contábeis.	Art. 1º da Resolução CFC nº 506/83
27	Parecer e relatório do controle interno contendo o resultado das auditorias na unidade, bem como atestando a veracidade dos dados constantes na prestação de contas.	CR/88, CE/89, LF nº 4.320/64, LE nº 5.604/94 – LOTCE/AL, LC nº 101/00 – LRF e IN nº 03/11 TCE/AL, Lei delegada nº 15/03
28	Declaração de Bens (Patrimonial) do gestor	Lei nº 8429/1992 – Art. 13
29	Declaração do gestor, que o Portal da Transparência contém as informações do Resumo Mensal da Folha de Pagamento (Regime Geral de Previdência Social – RGPS e Regime Próprio de Previdência Social – RPPS), cópia da Lei de fixação dos subsídios do funcionalismo público, bem como o ato de nomeação dos mesmos.	Art. 48, parágrafo único, incs. I, III e Art. 48-A da LC nº 101/00 – LRF.

Anexo VIII

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM COMPOR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS ORDENADORES DE DESPESAS DAS ADMINISTRAÇÕES DIRETAS, SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO ESTADO DE ALAGOAS.		
ITEM	DOCUMENTAÇÃO	LEGISLAÇÃO
01	Ofício de encaminhamento contendo sumário da documentação acostada, declarando, o gestor, que apresenta, perante o Tribunal de Contas, as peças, informações e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pela veracidade de seu conteúdo.	
02	Relatório de gestão abordando aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, organizado de forma que permita uma visão de conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos ordenadores de despesa.	Lei Estadual nº 5.604/94, art. 7º, I.
03	Quadro de detalhamento das despesas e, também, os atos que modificaram o orçamento inicial fixado.	Art. 165, inc. III, §§5º, 6º e 8º da CR/88, art. 176, inc. III, §§5º ao 8º da CE/89, art. 5º da LRF e RN nº 02/03 TCE/AL
04	Cópias dos decretos de créditos adicionais abertos no exercício, tendo a Unidade como beneficiária.	RN nº 02/03 TCE/AL
05	Demonstrativo dos créditos adicionais contendo informações sobre os créditos abertos no exercício: lei autorizativa, instrumentos de abertura, natureza, valor e fonte de recursos utilizada, dentre outras informações, inclusive, tendo a Unidade como beneficiária.	RN nº 02/03 TCE/AL
06	Termo de Conferência das disponibilidades financeiras (caixa e bancos) com assinatura(s) do(s) responsável (is).	RN nº 02/03 TCE/AL
07	Relação de todas as contas bancárias existentes, ainda que não movimentadas no exercício, informando sua finalidade.	RN nº 02/03 TCE/AL
08	Conciliações e Extratos Bancários que comprove o saldo existente no final do exercício.	RN nº 02/03 TCE/AL.
09	(Anexo 11) Comparativo das Despesas Autorizadas com a Realizada.	LF nº 4.320/64 e RN nº02/03 TCE/AL
10	(Anexo 12) Balanço Orçamentário.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
11	(Anexo 13) Balanço Financeiro.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
12	(Anexo 14) Balanço Patrimonial.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
13	(Anexo 15) Demonstrativo das Variações Patrimoniais.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
14	(Anexo 17) Demonstrativo da Dívida Flutuante.	LF nº 4.320/64 e RN nº02/03 TCE/AL
15	Demonstração dos Fluxos de Caixa	Art.101 da LF nº4.320/64 c/c Resolução nº1.128/2008 – NBCT 16 c/c Portaria STN nº437/2012
16	Nota Explicativa quando houver no exercício, Devedores Diversos, Cancelamento de Resto a Pagar, entre outras situações merecedoras de esclarecimentos.	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCT 16.6 / Portaria STN nº 437/12 (e alterações).
17	Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis	RN nº 02/03 TCE/AL
18	Inventário dos bens existentes no Almojarifado.	RN nº 02/03 TCE/AL

19	Rol dos Adiantamentos.	Art. 13 da LE nº 5.604/94
20	Relação de restos a pagar, identificando os valores processados e os não processados.	LF nº 4.320/64
21	Relação dos Processos Licitatórios ocorridos no exercício.	LF nº 8.666/93 e RN nº 02/03 TCE/AL
22	Relação das despesas efetuadas com dispensa ou inexigibilidade de licitação.	Art. 26 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações
23	Relação dos convênios firmados no exercício.	Art. 1º, inc. XX e art. 5º, inc. VI Lei nº 5.604/94 – LOTCE/AL
24	Cópias de Leis que autorizam alienação de bens, assim como, procedimento administrativo quando houver no exercício, registros contábeis de compra, de desapropriação e de alienação de bens imóveis.	RN nº 02/03 TCE/AL e RN nº 03/07 TCE/AL.
25	Certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade, comprovando a habilitação do profissional responsável pelos balanços e demonstrações contábeis.	Art. 1º da Resolução CFC nº 506/83
26	Parecer e relatório do controle interno contendo o resultado das auditorias na unidade, bem como atestando a veracidade dos dados constantes na prestação de contas.	CR/88, CE/89, LF nº 4.320/64, LE nº 5.604/94 – LOTCE/AL, LC nº 101/00 – LRF e IN nº 03/11 TCE/AL, Lei delegada nº 15/03
27	Declaração de Bens (Patrimonial) do gestor	Lei nº 8429/1992 – Art. 13
28	Declaração do gestor, que o Portal da Transparência contém as informações do Resumo Mensal da Folha de Pagamento (Regime Geral de Previdência Social – RGPS e Regime Próprio de Previdência Social – RPPS), cópia da Lei de fixação dos subsídios do funcionalismo público, bem como o ato de nomeação dos mesmos.	Art. 48, parágrafo único, incs. I, III e Art. 48-A da LC nº 101/00 – LRF.

Anexo IX

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM COMPOR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS ORDENADORES DE DESPESAS DOS FUNDOS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS MUNICIPAIS/ESTADUAIS		
ITEM	DOCUMENTAÇÃO	LEGISLAÇÃO
01	Ofício de encaminhamento contendo sumário da documentação acostada, declarando, o gestor, que apresenta, perante o Tribunal de Contas, as peças, informações e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pela veracidade de seu conteúdo.	
02	Relatório de gestão abordando aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, organizado de forma que permita uma visão de conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos ordenadores de despesa.	Lei Estadual nº 5.604/94, art. 7º, I.
03	Quadro de detalhamento das despesas e, também, os atos que modificaram o orçamento inicial fixado.	Art. 165, inc. III, §§5º, 6º e 8º da CR/88, art. 176, inc. III, §§5º ao 8º da CE/89, art. 5º da LRF e RN nº 02/03 TCE/AL
04	Cópias dos decretos de créditos adicionais abertos no exercício, tendo a Unidade como beneficiária.	RN nº 02/03 TCE/AL
05	Demonstrativo dos créditos adicionais contendo informações sobre os créditos abertos no exercício: lei autorizativa, instrumentos de abertura, natureza, valor e fonte de recursos utilizada, dentre outras informações, inclusive, tendo a Unidade como beneficiária.	RN nº 02/03 TCE/AL
06	Termo de Conferência das disponibilidades financeiras (caixa e bancos) com assinatura(s) do(s) responsável (is).	RN nº 02/03 TCE/AL
07	Relação de todas as contas bancárias existentes, ainda que não movimentadas no exercício, informando sua finalidade.	RN nº 02/03 TCE/AL
08	Conciliações e Extratos Bancários que comprove o saldo existente no final do exercício.	RN nº 02/03 TCE/AL.
09	(Anexo 11) Comparativo das Despesas Autorizadas com a Realizada.	LF nº 4.320/64 e RN nº02/03 TCE/AL
10	(Anexo 12) Balanço Orçamentário.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
11	(Anexo 13) Balanço Financeiro.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
12	(Anexo 14) Balanço Patrimonial.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
13	(Anexo 15) Demonstrativo das Variações Patrimoniais.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
14	(Anexo 17) Demonstrativo da Dívida Flutuante.	LF nº 4.320/64 e RN nº02/03 TCE/AL
15	Demonstração dos Fluxos de Caixa	Art.101 da LF nº4.320/64 c/c Resolução nº1.128/2008 – NBCT 16 c/c Portaria STN nº437/2012
16	Nota Explicativa quando houver no exercício, Devedores Diversos, Cancelamento de Resto a Pagar, entre outras situações merecedoras de esclarecimentos.	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCT 16.6 / Portaria STN nº 437/12 (e alterações).
17	Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis	RN nº 02/03 TCE/AL
18	Inventário dos bens existentes no Almojarifado.	RN nº 02/03 TCE/AL

19	Rol dos Adiantamentos.	Art. 13 da LE nº 5.604/94
20	Relação de restos a pagar, identificando os valores processados e os não processados.	LF nº 4.320/64
21	Relação dos Processos Licitatórios ocorridos no exercício.	LF nº 8.666/93 e RN nº 02/03 TCE/AL
22	Relação das despesas efetuadas com dispensa ou inexigibilidade de licitação.	Art. 26 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações
23	Relação dos convênios firmados no exercício.	Art. 1º, inc. XX e art. 5º, inc. VI Lei nº 5.604/94 – LOTCE/AL
24	Cópias de Leis que autorizam alienação de bens, assim como, procedimento administrativo quando houver no exercício, registros contábeis de compra, de desapropriação e de alienação de bens imóveis.	RN nº 02/03 TCE/AL e RN nº 03/07 TCE/AL.
25	Certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade, comprovando a habilitação do profissional responsável pelos balanços e demonstrações contábeis.	Art. 1º da Resolução CFC nº 506/83
26	Parecer e relatório do controle interno contendo o resultado das auditorias na unidade, bem como atestando a veracidade dos dados constantes na prestação de contas.	CR/88, CE/89, LF nº 4.320/64, LE nº 5.604/94 – LOTCE/AL, LC nº 101/00 – LRF e IN nº 03/11 TCE/AL, Lei delegada nº 15/03
27	Declaração de Bens (Patrimonial) do gestor	Lei nº 8429/1992 – Art. 13
28	Declaração do gestor, que o Portal da Transparência contém as informações do Resumo Mensal da Folha de Pagamento (Regime Geral de Previdência Social – RGPS e Regime Próprio de Previdência Social – RPPS), cópia da Lei de fixação dos subsídios do funcionalismo público, bem como o ato de nomeação dos mesmos.	Art. 48, parágrafo único, incs. I, III e Art. 48-A da LC nº 101/00 – LRF.

Anexo X

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM COMPOR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E EMPRESAS PÚBLICAS REGIDAS PELA LEI Nº 6.404/76		
ITEM	DOCUMENTAÇÃO	LEGISLAÇÃO
01	Ofício de encaminhamento contendo sumário da documentação acostada, declarando, o gestor, que apresenta, perante o Tribunal de Contas, as peças, informações e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pela veracidade de seu conteúdo.	
02	Informações gerais de identificação, compreendendo nome, sigla, CNPJ, natureza jurídica e endereço completo do órgão ou entidade.	Art. 10 da Lei nº 5.604/94 (Lei orgânica TCE/AL)
03	Identificação do ordenador de despesa e dos demais responsáveis, por período de gestão, contendo o nome completo, matrícula, estado civil, número do CPF e endereço residencial atualizado, anexando cópias dos respectivos atos de designação e afastamento.	Inciso IV do Art. 7º da Lei nº 5.604/94 (Lei orgânica TCE/AL)
04	Certidão com os nomes dos responsáveis pelo controle interno, tesouraria, almoxarifado e patrimônio, com os respectivos períodos de gestão, afastamentos e substituições.	Art. 10 da Lei nº 5.604/94 (Lei orgânica TCE/AL)
05	Termo de Conferência das disponibilidades financeiras (caixa e bancos) com assinatura(s) do(s) responsável (is).	RN nº 02/03 TCE/AL
06	Relação de todas as contas bancárias existentes, ainda que não movimentadas no exercício, informando sua finalidade.	RN nº 02/03 TCE/AL
07	Conciliações e Extratos Bancários que comprove o saldo existente no final do exercício.	RN nº 02/03 TCE/AL.
08	Parecer do Conselho Fiscal	Inciso IV do Art. 133 da Lei Federal nº 6.404/76
09	Parecer dos Auditores Independentes	Inciso III do Art. 133 da Lei Federal nº 6.404/76
10	Balanço Patrimonial	Lei Federal nº 6.404/76
11	Demonstração do Resultado do Exercício	Lei Federal nº 6.404/76
12	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, já com a Demonstração de Lucros ou Prejuízos acumulados	Lei Federal nº 6.404/76
13	Demonstração dos Fluxos de Caixa	Lei Federal nº 6.404/76
14	Demonstrativos das Receitas	<i>Regimento Interno TCE/AL - art. 161, §3º</i>
15	Demonstrativos das Despesas	<i>(Regimento Interno TCE/AL - art. 162, §1º)</i>
16	Nota Explicativa quando houver no exercício, Devedores Diversos, Cancelamento de Resto a Pagar, entre outras situações merecedoras de esclarecimentos.	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCT 16.6 / Portaria STN nº 437/12 (e alterações).
17	Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis	RN nº 02/03 TCE/AL
18	Inventário dos bens existentes no Almoxarifado.	RN nº 02/03 TCE/AL
19	Relação dos Processos Licitatórios ocorridos no exercício.	LF nº 8.666/93 e RN nº 02/03 TCE/AL
20	Relação das despesas efetuadas com dispensa ou inexigibilidade de licitação.	Art. 26 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações
21	Relação dos convênios firmados no exercício.	Art. 1º, inc. XX e art. 5º, inc. VI Lei nº 5.604/94 – LOTCE/AL



ESTADO DE ALAGOAS
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

22	Certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade, comprovando a habilitação do profissional responsável pelos balanços e demonstrações contábeis.	Art. 1º da Resolução CFC nº 506/83
23	Parecer e relatório do controle interno contendo o resultado das auditorias na unidade, bem como atestando a veracidade dos dados constantes na prestação de contas.	CR/88, CE/89, LF nº 4.320/64, LE nº 5.604/94 – LOTCE/AL, LC nº 101/00 – LRF e IN nº 03/11 TCE/AL, Lei delegada nº 15/03
24	Declaração de Bens (Patrimonial) do gestor	Lei nº 8429/1992 – Art. 13
25	Declaração do gestor, que o Portal da Transparência contém as informações do Resumo Mensal da Folha de Pagamento (Regime Geral de Previdência Social – RGPS e Regime Próprio de Previdência Social – RPPS), cópia da Lei de fixação dos subsídios do funcionalismo público, bem como o ato de nomeação dos mesmos.	Art. 48, parágrafo único, incs. I, III e Art. 48-A da LC nº 101/00 – LRF.

Anexo XI

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM COMPOR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS INSTITUTOS DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIA.		
ITEM	DOCUMENTAÇÃO	LEGISLAÇÃO
01	Ofício de encaminhamento contendo sumário da documentação acostada, declarando, o gestor, que apresenta, perante o Tribunal de Contas, as peças, informações e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pela veracidade de seu conteúdo.	
02	Quadro de detalhamento das despesas e, também, os atos que modificaram o orçamento inicial fixado.	Art. 165, inc. III, §§5º, 6º e 8º da CR/88, art. 176, inc. III, §§5º ao 8º da CE/89, art. 5º da LRF e RN nº 02/03 TCE/AL
03	Quadro como resumo dos créditos suplementares e/ou especiais que autorizam as alterações orçamentárias, acompanhadas das respectivas fotocópias	RN nº 02/03 TCE/AL
04	Termo de Conferência das disponibilidades financeiras (caixa e bancos) com assinatura(s) do(s) responsável (is).	RN nº 02/03 TCE/AL
05	Relação de todas as contas bancárias existentes, ainda que não movimentadas no exercício, informando sua finalidade, bem como Conciliações e Extratos Bancários que comprove o saldo existente no final do exercício.	RN nº 02/03 TCE/AL
06	(Anexo 1) Demonstração das Receitas e Despesas Segundo as Categorias Econômicas.	LF nº 4.320/64 e RN nº02/03 TCE/AL
07	(Anexo 2) Receita Segundo as Categorias Econômicas	LF nº 4.320/64 e RN nº02/03 TCE/AL
08	(Anexo 2) Natureza da Despesa por Unidade Orçamentária segundo as Categorias Econômicas	LF nº 4.320/64 e RN nº02/03 TCE/AL
09	(Anexo 6) Programa de Trabalho	LF nº 4.320/64 e RN nº02/03 TCE/AL
10	(Anexo 7) Programa de Trabalho do Governo - Demonstrativo das Funções, Programas e Sub-Programas por Projetos e Atividades	LF nº 4.320/64 e RN nº02/03 TCE/AL
11	(Anexo 8) Demonstrativo da Despesa por Funções, Programas e Sub-Programas conforme Vínculo com os Recursos	LF nº 4.320/64 e RN nº02/03 TCE/AL
12	(Anexo 9) Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções	LF nº 4.320/64 e RN nº02/03 TCE/AL
13	(Anexo 10) Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada	LF nº 4.320/64 e RN nº02/03 TCE/AL
14	(Anexo 11) Comparativo das Despesas Autorizadas com a Realizada.	LF nº 4.320/64 e RN nº02/03 TCE/AL
15	(Anexo 12) Balanço Orçamentário.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
16	(Anexo 13) Balanço Financeiro.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
17	(Anexo 14) Balanço Patrimonial.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
18	(Anexo 15) Demonstrativo das Variações Patrimoniais.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
19	(Anexo 17) Demonstrativo da Dívida Flutuante.	LF nº 4.320/64 e RN nº02/03 TCE/AL
20	Demonstração dos Fluxos de Caixa	Art.101 da LF nº4.320/64 c/c Resolução nº1.128/2008 – NBCT 16 c/c Portaria STN nº437/2012

21	Nota Explicativa quando houver no exercício, Devedores Diversos, Cancelamento de Resto a Pagar, entre outras situações merecedoras de esclarecimentos.	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCT 16.6 / Portaria STN nº 437/12 (e alterações).
22	Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis	RN nº 02/03 TCE/AL
23	Inventário dos bens existentes no Almoxarifado.	RN nº 02/03 TCE/AL
24	Rol dos Adiantamentos (Suprimento de Fundos).	Art. 13 da LE nº 5.604/94
25	Relação de restos a pagar, identificando os valores processados e os não processados.	LF nº 4.320/64
26	Relação de todos os Processos Licitatórios ocorridos no exercício (inclusive dispensa ou inexigibilidade de licitação).	LF nº 8.666/93 e RN nº 02/03 TCE/AL
27	Relação dos convênios firmados no exercício.	Art. 1º, inc. XX e art. 5º, inc. VI Lei nº 5.604/94 – LOTCE/AL
28	Cópias de Leis que autorizam alienação de bens, assim como, procedimento administrativo quando houver no exercício, registros contábeis de compra, de desapropriação e de alienação de bens imóveis.	RN nº 02/03 TCE/AL e RN nº 03/07 TCE/AL.
29	Resumo Mensal discriminado das Folhas de Pagamentos dos servidores da Unidade , vinculados ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS), incluindo os proventos, as vantagens e os descontos especificados por natureza, bem como as obrigações patronais referentes ao exercício em tela.	LC nº 131/09 e Lei Federal nº 12.527/11
30	Resumo Mensal discriminado das Folhas de Pagamentos dos servidores da Unidade , vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), incluindo os proventos, as vantagens e os descontos especificados por natureza, bem como as obrigações patronais referentes ao exercício em tela.	LC nº 131/09 e Lei Federal nº 12.527/11
31	Certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade, comprovando a habilitação do profissional responsável pelos balanços e demonstrações contábeis.	Art. 1º da Resolução CFC nº 506/83
32	Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP	Decreto nº 3.788/01 da PR
33	Cálculo Atuarial	Lei nº 9.717/99
34	Extrato do Comprev	Lei nº 9.717/99
35	Termo de Parcelamento de débitos	Portaria MPS 402/88 – art. 5º
36	Lei de Criação do RPPS	
37	Parecer e relatório do controle interno contendo o resultado das auditorias na unidade, bem como atestando a veracidade dos dados constantes na prestação de contas.	CR/88, CE/89, LF nº 4.320/64, LE nº 5.604/94 – LOTCE/AL, LC nº 101/00 – LRF e IN nº 03/11 TCE/AL, Lei delegada nº 15/03
38	Declaração de Bens (Patrimonial) do gestor	Lei nº 8429/1992 – Art. 13
39	Declaração do gestor, que o Portal da Transparência contém as informações do Resumo Mensal da Folha de Pagamento (Regime Geral de Previdência Social – RGPS e Regime Próprio de Previdência Social – RPPS), cópia da Lei de fixação dos subsídios do funcionalismo público, bem como o ato de nomeação dos mesmos.	Art. 48, parágrafo único, incs. I, III e Art. 48-A da LC nº 101/00 – LRF.

Anexo XII

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM COMPOR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS ORDENADORES DE DESPESAS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS/ESTADUAIS		
ITEM	DOCUMENTAÇÃO	LEGISLAÇÃO
01	Ofício de encaminhamento contendo sumário da documentação acostada, declarando, o gestor, que apresenta, perante o Tribunal de Contas, as peças, informações e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pela veracidade de seu conteúdo.	
02	Relatório de gestão abordando aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, organizado de forma que permita uma visão de conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos ordenadores de despesa.	Lei Estadual nº 5.604/94, art. 7º, I.
03	Quadro de detalhamento das despesas e, também, os atos que modificaram o orçamento inicial fixado.	Art. 165, inc. III, §§5º, 6º e 8º da CR/88, art. 176, inc. III, §§5º ao 8º da CE/89, art. 5º da LRF e RN nº 02/03 TCE/AL
04	Cópias dos decretos de créditos adicionais abertos no exercício, tendo a Unidade como beneficiária.	RN nº 02/03 TCE/AL
05	Demonstrativo dos créditos adicionais contendo informações sobre os créditos abertos no exercício: lei autorizativa, instrumentos de abertura, natureza, valor e fonte de recursos utilizada, dentre outras informações, inclusive, tendo a Unidade como beneficiária.	RN nº 02/03 TCE/AL
06	Termo de Conferência das disponibilidades financeiras (caixa e bancos) com assinatura(s) do(s) responsável (is).	RN nº 02/03 TCE/AL
07	Relação de todas as contas bancárias existentes, ainda que não movimentadas no exercício, informando sua finalidade.	RN nº 02/03 TCE/AL
08	Conciliações e Extratos Bancários que comprove o saldo existente no final do exercício.	RN nº 02/03 TCE/AL.
09	(Anexo 10) Comparativo da receita orçada com a arrecadada	LF nº 4.320/64 e RN nº02/03 TCE/AL
10	(Anexo 11) Comparativo das Despesas Autorizadas com a Realizada.	LF nº 4.320/64 e RN nº02/03 TCE/AL
11	(Anexo 12) Balanço Orçamentário.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
12	(Anexo 13) Balanço Financeiro.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
13	(Anexo 14) Balanço Patrimonial.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
14	(Anexo 15) Demonstrativo das Variações Patrimoniais.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
15	(Anexo 17) Demonstrativo da Dívida Flutuante.	LF nº 4.320/64 e RN nº02/03 TCE/AL
16	Demonstração dos Fluxos de Caixa	Art.101 da LF nº4.320/64 c/c Resolução nº1.128/2008 – NBCT 16 c/c Portaria STN nº437/2012
17	Nota Explicativa quando houver no exercício, Devedores Diversos, Cancelamento de Resto a Pagar, entre outras situações merecedoras de esclarecimentos.	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCT 16.6 / Portaria STN nº 437/12 (e alterações).
18	Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis	RN nº 02/03 TCE/AL

19	Inventário dos bens existentes no Almoarifado.	RN nº 02/03 TCE/AL
20	Rol dos Adiantamentos.	Art. 13 da LE nº 5.604/94
21	Relação de restos a pagar, identificando os valores processados e os não processados.	LF nº 4.320/64
22	Relação dos Processos Licitatórios ocorridos no exercício.	LF nº 8.666/93 e RN nº 02/03 TCE/AL
23	Relação das despesas efetuadas com dispensa ou inexigibilidade de licitação.	Art. 26 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações
24	Relação dos convênios firmados no exercício.	Art. 1º, inc. XX e art. 5º, inc. VI Lei nº 5.604/94 – LOTCE/AL
25	Cópias de Leis que autorizam alienação de bens, assim como, procedimento administrativo quando houver no exercício, registros contábeis de compra, de desapropriação e de alienação de bens imóveis.	RN nº 02/03 TCE/AL e RN nº 03/07 TCE/AL.
26	Lei de Instituição do consórcio público	LF nº 11.107/05 e alterações
27	Contrato de rateio do consórcio	LF nº 11.107/05 e alterações
28	Resumo Mensal discriminado das Folhas de Pagamentos dos servidores da Unidade , vinculados ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS), incluindo os proventos, as vantagens e os descontos especificados por natureza, bem como as obrigações patronais referentes ao exercício em tela.	LC nº 131/09 e Lei Federal nº 12.527/11
29	Resumo Mensal discriminado das Folhas de Pagamentos dos servidores da Unidade , vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), incluindo os proventos, as vantagens e os descontos especificados por natureza, bem como as obrigações patronais referentes ao exercício em tela.	LC nº 131/09 e Lei Federal nº 12.527/11
30	Certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade, comprovando a habilitação do profissional responsável pelos balanços e demonstrações contábeis.	Art. 1º da Resolução CFC nº 506/83
31	Parecer e relatório do controle interno contendo o resultado das auditorias na unidade, bem como atestando a veracidade dos dados constantes na prestação de contas.	CR/88, CE/89, LF nº 4.320/64, LE nº 5.604/94 – LOTCE/AL, LC nº 101/00 – LRF e IN nº 03/11 TCE/AL, Lei delegada nº 15/03
32	Declaração de Bens (Patrimonial) do gestor	Lei nº 8429/1992 – Art. 13
33	Declaração do gestor, que o Portal da Transparência contém as informações do Resumo Mensal da Folha de Pagamento (Regime Geral de Previdência Social – RGPS e Regime Próprio de Previdência Social – RPPS), cópia da Lei de fixação dos subsídios do funcionalismo público, bem como o ato de nomeação dos mesmos.	Art. 48, parágrafo único, incs. I, III e Art. 48-A da LC nº 101/00 – LRF.